

Ponte, depois da audiência: "O que vale é a intenção"

Sarney admite que seu projeto é ilegal

BRASÍLIA — O presidente José Sarney reconheceu ontem, em audiência ao líder Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que o projeto que encaminhou ao Congresso reduzindo os vencimentos dos parlamentares e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) contém "alguns pontos inconstitucionais". Segundo o líder do governo na Câmara, no entanto, Sarney considera válida a intenção do projeto e acha que o Congresso deveria levá-la em conta.

O presidente acha, de acordo com Ponte, que o Congresso pode tomar seu projeto como ponto de partida para disciplinar a questão, atendendo aos dispositivos constitucionais que determinam como teto de vencimentos para cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário o valor pago pelo Poder Executivo. E ainda que seja fixado em lei o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos. Essa, a seu ver, é a essência da questão.

O presidente também concorda que a iniciativa do projeto não deveria ser do Executivo, uma vez que cabe ao Legislativo

dispor sobre a remuneração de seus servidores e votar as propostas dos dois outros poderes referentes aos respectivos servidores. Mas isso, na sua opinião, pode ser corrigido pelo Congresso, revelou Ponte. "O que deve prevalecer é a idéia", destacou o líder do governo.

REPRESÁLIA, NÃO

O deputado Luís Roberto Ponte disse ainda poder dar testemunho pessoal de que o projeto não foi enviado ao Congresso como represália pela derrubada dos vetos à política salarial e ao salário mínimo propostos pelo governo. Segundo ele, no dia seguinte, quando foi ao Palácio do Planalto discutir a questão e sugeriu cortes de outros gastos para se poder acatar a decisão, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou estar pronto anteprojeto de lei limitando a remuneração dos servidores no âmbito dos três poderes, idéia que na hora, acentuou, pareceu a todos muito boa.

No Congresso, o líder do PL, deputado Adolfo Oliveira (RJ), qualificou a iniciativa de "fato inédito e de profunda gravidade".